

Homens de cultura na Baixa Idade Média ocidental: aspectos da formação erudita

*Eliane Santana Veríssimo¹
Carlos Eduardo Zlatic²*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo desenvolver uma discussão em torno da formação dos homens de cultura no âmbito da Baixa Idade Média ocidental. Diante dessa proposta, se torna relevante o posicionamento frente aos conceitos de intelectuais – adotado por Jacques Le Goff – ou de homens de saber – cujo emprego remete a Jacques Verger – em relação à referência àqueles que ocupavam a posição de eruditos naquele contexto para, depois de pontuados tais termos, serem apresentadas as cidades baixo-medievais, locais onde se desenvolvia a propagação da cultura erudita por meio das instituições educacionais, assim como das disputas em torno dos saberes por elas veiculado, o que pode ser analisado a partir da Condenação das 219 teses pelo bispo de Paris, Estevão Tempier. Com essa proposta, as seguintes linhas almejam demarcar o local social e a formação daqueles que, no baixo medievo, ocupavam a posição de detentores de uma cultura letrada.

Palavras-chave: Baixa Idade Média, condenação das 219 teses, homens de saber, intelectuais, instituições de ensino.

Abstract: This article aims to develop an discussion about the formation of men of culture on the eastern low middle age. Because of this proposal, the statement faced to the intellectual concepts adopted by Jacques Le Goff becomes relevant. The men of knowledge which refers to Jacques Verger. In relation to the reference towards those who were scholars in that context to, after being exposed, the low medieval cities are presented, places where culture spread was developed by the educational institutions, as well as the arguments about knowledge spread by them, which can be analyzed from the condenment of the 219 thesis by the Paris bishop, EstevenTempier. With this proposal, the following lines leads to the highlighting of the social place and formation of those who, on the low medieval, occupied the position of a literated culture.

Keywords: Low Middle Age, condmemnent of 219 thesis, men of knowledge, intellectual, teaching institutions.

Men of knowledge in the occidental on Lower Middle Age: aspects of classical training

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFPR vinculada ao NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos), com atuação na pesquisa relacionada à cultura e poder na Idade Média. eliane.verissimo@gmail.com

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFPR vinculado ao NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos), com atuação na pesquisa relacionada à cultura e poder na Idade Média: carloszlatic@hotmail.com

Intelectuais na Baixa Idade Média?

A pergunta mais indicada para iniciar esse artigo poderia ser: qual o conceito de intelectuais? Contudo, se assim o fizéssemos, ofereceríamos uma falsa expectativa ao nosso leitor, induzindo-o a esperar, ao final da leitura, uma resposta definitiva para a questão. Feito essa ressalva, e tendo em vista a ampla discussão acerca do uso daquele termo, salientamos que nosso objetivo visa, antes, desenvolver uma discussão mais precisa em torno do emprego do vocábulo para aqueles autores que figuram como representantes da cultura letrada na Baixa Idade Média, o que não nos isenta de pontuar o entendimento contemporâneo da palavra.

É visando estabelecer um marco para que surgimento da palavra intelectual que Helenice Rodrigues da Silva aponta o caso Dreyfus³ como momento de aparecimento da palavra: “O substantivo intelectual, até então inexistente na língua francesa, surge inesperadamente nesse momento para designar, de maneira pejorativa, os partidários da revisão do processo envolvendo o capitão Dreyfus” (SILVA, 2002, p. 15).

Posto dessa forma, Silva (2002) aponta que o tremo é uma especificidade francesa que emergiu tendo como pano de fundo o âmbito cultural próprio da França a partir da polarização de dois grupos – pró e contra – em torno da culpabilidade de Dreyfus, demarcando menos uma categoria socioprofissional e mais um comportamento, ligado a defesa de princípios pautados na verdade e na justiça.

Engajados em prol desses valores, o intelectual assume o sinônimo de clérigo – *clerc* – conotando determinada sacralidade, enquanto enunciadores da verdade sagrada, assim como denota a referencia do termo àqueles clérigos que ao final da Idade Média começaram a ser caracterizados por sua formação cultural letrada (Silva, 2002). Tendo em vista essa referencia a medievalidade, poderíamos fazer uso do conceito para atores sociais de contextos históricos tão distintos?

A Baixa Idade Média – período que compreende o período entre o século XII e XIV – foi marcada por intensas transformações no Ocidente Medieval. O crescente retorno das

³O assim chamado caso Dreyfus se refere ao julgamento de Alfred Dreyfus, oficial judeu francês, em 1894. Acusado e considerado culpado por espionagem em prol da Alemanha, foi condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, sendo sua acusação pautada em uma suposta carta escrita por ele a um militar alemão. Mesmo após Walsin-Esterhazy assumir a autoria da carta, em 1898, alegando ter seguido ordens superiores, o Estado francês manteve a culpabilidade de Dreyfus ao reavaliar o caso, alterando sua pena para dez anos de prisão. Ainda que novos processos judiciais tenham sido interpostos em prol do réu, ele nunca foi legalmente absolvido (ARENDE, 1989, p. 111-112).

trocas comerciais foi acompanhado pelo tímido crescimento das cidades, ao passo que no âmbito político mais amplo os monarcas passaram a buscar seu fortalecimento regional – cada qual em seu reino – frente à pretensa universalidade do poder papal. Nesse contexto, as universidades e os letrados que figuravam nessa instituição ganharam projeção social ao tratar dos mais variados temas, dentre eles a própria natureza dos poderes eclesiástico e secular.

Ainda que representante de uma cultura letrada e parte do corpo das universidades, Mariateresa Fumagalli BeonioCrocchieri, em capítulo dedicado ao estudo do intelectual na Idade Média, afirma:

Qualquer homem nascido em 1000 e 1400 compreendia os termos mulher (*mulier*), cavaleiro (*miles*), cidadão (*urbanus*), mercador (*mercator*), e pobre (*pauper*), mas não compreendia o significado da palavra «intelectual» (*intellectualis*) quando aplicado ao homem (BROCCHIERI, 1989, p. 125).

É justamente tomando por base a não concepção de intelectual que o homem letrado medieval possuía de si, assim como o surgimento do conceito apenas em finais do século XX, que Jacques Verger defende o não uso do termo quando se trata de analisar a Idade Média, e explica:

[...] a palavra “intelectuais”, que poderia ser empregada mais à vontade, comportando, por sua origem recente, um quê de anacronismo [...], não seria suficientemente apropriada para designar o conjunto de homens dos quais desejamos falar aqui (VERGER, 1999, p. 15).

O recurso metodológico adotado por Jacques Verger foi a escolha de um conceito suficientemente amplo, mas também neutro, para tratar daqueles homens que, na Idade Média, possuíam uma formação letrada. Após apontar a inadequação do uso de termos como *vir litteratus ou gens du livre*, por conta de sua referência restrita a frações de grupos sociais instruído na cultura das letras, o autor opta pelo uso de *gens de savoir* – homens de saber. Ainda que essa expressão não pertença a língua medieval – como aponta o próprio historiador –, seu uso “[...] impõe-se, a despeito de sua relativa imprecisão, como a fórmula mais neutra, aquela que menos prejudica os resultados da investigação histórica” (VERGER, 1999, p. 16).

Ainda que discorde do uso do conceito de intelectuais quando aplicado ao período medieval, Jacques Verger o faz ao empregá-lo para se referir aos

[...] indivíduos de cultura menor, detentores de um saber medíocre que, por seu turno, seriam, sem dúvida, completamente incapazes de ensinar, pelo menos em termos discursivos, mas cuja atividade e posição social chegavam a ser definidas em grande parte por aquele aspecto intelectual de sua competência (VERGER, 1999, p. 199).

Assumindo o risco de deturpar sua perspectiva – como deixa expresso o próprio autor –, Verger (1999) emprega aquele conceito quando alinhado a ideia gramsciana de *intelectualorgânico*. Assim o fazendo, refere-se àqueles indivíduos que, por diversas causas, dentre elas as econômicas, não concluíam ou mesmo não avançavam em seus estudos, o que não os tornavam produtores ou veiculadores de saberes. Contudo, a posição social e o contato com a cultura universitária faziam desses estudantes médios os responsáveis por difundirem uma determinada gama de conhecimentos provenientes da cultura erudita junto à massa da sociedade. Cabe salientar, porém, que as fontes que permitem mapear tais homens são escassas para a Idade Média e pouco permitem determinar o lugar social ou a atuação de tais figuras após deixarem o círculo das universidades (VERGER, 1999).

Diferente de Verger, Jacques Le Goff defende, em seu *Os Intelectuais na Idade Média*, a utilização mais ampla desse conceito, pontuando que após 1957 – data a primeira edição de sua obra – os estudos acerca do emprego do termo se ampliaram, chegando mesmo a terem seu emprego defendido para períodos mais recuados, como a Antiguidade.

Ainda que Le Goff não desenvolva um longo debate historiográfico, o francês deixa expresso seu recurso a Gramsci, no que tange ao uso do conceito de *intelectuais orgânicos*, e segue a ideia desse sociólogo italiano no sentido de que cada grupo social cria, de forma orgânica, aqueles intelectuais que corroborarão para a afirmação da homogeneidade e função daquele agrupamento, não apenas no que diz respeito à produção econômica, mas também no campo social e em ações políticas (GRAMSCI, 1979, p.03). Tomando por base tal pressuposto, o historiador francês afirma sobre a sociedade medieval:

Numa sociedade ideologicamente controlada muito de perto pela Igreja e politicamente cada vez mais enquadrada por uma burocracia dura [...] os intelectuais na Idade Média são antes de tudo intelectuais “orgânicos”, fiéis servidores da Igreja e do Estado (LE GOFF, 2003, p. 19).

Além dessa ligação com a Igreja e os poderes políticos locais, Le Goff (2003) aponta outros três elementos que configuram o intelectual da Idade Média: o contato com a massa, a

produção de conhecimento e o ensino. Pautado nesses preceitos, o francês não define um segmento social específico que possa ser conceitual enquanto intelectuais na Idade Média – como o faz Jacques Verger –, mas antes estabelece um recorte temporal tendo como marco o Renascimento, e os humanistas, como limite para a existência do intelectual no Ocidente Medieval. Enquanto aqueles mantinham seu contato com o ensino e junto a um auditório, esses últimos se mantem em resguardo, solitários em seus gabinetes (LE GOFF, 2003).

Concordando com Le Goff e defendendo o emprego do conceito em discussão aplicado ao homem medieval, Bricchieri (1989) – mesmo admitindo o não entendimento de si do homem medieval sob a perceptiva desse substantivo contemporâneo –, o faz tomando como comparação o fato de que tanto os portadores de uma cultura erudita na Idade Média quanto os intelectuais contemporâneos possuem um traço em comum: o valor especial e o caráter virtuoso de sua profissão. Esse traço em comum os aproxima e endossa o uso do termo para aquele período histórico.

Antes de dar continuidade a discussão acerca dos homens eruditos na Baixa Idade Média, é imperativo que façamos uma ressalva metodológica. Nas páginas que se seguem o leitor tomará contato com autores eminentemente franceses, o que se dá pela abundância de fontes experimentada pela França no tocante a essa problemática. Contudo, esse recorte não implica, de maneira alguma, que outros locais – como a Itália, a Península Ibérica e o Oriente – não tenham experimentado a presença de uma cultura letrada. Portanto, visando não incorrer no risco de abordar tais realidades históricas de maneira superficial, não respeitando, assim, suas especificidades.

Frente à discussão entre esses dois termos utilizados para denominar os detentores da cultura erudita no período medieval – intelectual e homem de saber –, nos alinhamos ao uso desse segundo conceito, uma vez que aquele primeiro carrega em seu significado características distintas aos aspectos da cultura erudita presente no medievo, assim como trás consigo, em sua elaboração, aspectos político-culturais próprios de finais do século XX. Como afirmado, o termo intelectual não possuía significado enquanto categoria social para os indivíduos que viviam na Baixa Idade Média, nesse sentido, lançar tal concepção sobre aqueles atores deturpa a imagem que possuíam de si.

Pontuado o uso que faremos do conceito, se mostra imprescindível demarcar o local onde se desenvolve a cultura erudita no contexto baixo-medieval – as cidades e suas instituições de ensino –, assim como as disputas em torno do próprio estabelecimento

daqueles conhecimentos a serem veiculados por tais centros. Diante dessa proposta, objetivamos estabelecer a posição social ocupada por esses homens de saber no contexto da Baixa Idade Média.

O Renascimento das cidades medievais e o surgimento das Universidades.

Se a Idade Média Tardia, relegou aos séculos posteriores uma figura social ímpar, essa foi a do universitário. O conjunto de transformações ocorridas nesse período possibilitou a formação desse homem de saber, sendo seu nascimento constantemente analisado por historiadores. Homens letrados, figuras escolarizadas e mais tarde os *magister*. Não há dúvida de que existia um conjunto de homens que possuíam uma cultura erudita no medievo, em especial, na Baixa Idade Média, porém, pretendemos analisar alguns aspectos que caracterizam esses homens, refutando a ideia equivocada de obscurantismo de pensamento ou do puro imperativo da teologia.

Um dos fenômenos que auxiliaram no aparecimento de uma cultura erudita mais ampla, refere-se ao Renascimento das cidades medievais. A partir do século XII, os principais centros urbanos da Europa Ocidental passam por transformações estruturais que modificam sua dinâmica de funcionamento: a cidade estabiliza-se em locais fixos, que institucionalizam seu espaço político e social, constituindo, assim, uma comunidade produtiva e organizada, com características corporativas, culturais e educacionais próprias. Também aspectos religiosos e artísticos adquirem um caráter eminentemente urbano. A essas mudanças, características desse século, a historiografia designa como Renascimento das cidades medievais. Fatores principalmente de cunho econômico e demográfico auxiliaram nesse fenômeno, mas são seus aspectos culturais e políticos que marcaram de forma ímpar o início da constituição de um pensamento que, no século XIV, constituirá um dos principais elementos de crise na cristandade latina (DUBY, 1998).

A consequência desse renascimento é refletida na formação de novos espaços que visam a escolarização. Se até o século XI a representatividade da prática intelectual encontrava-se nos centros de ensino monásticos, no século XII esse cenário muda e são as escolas capitulares, canônicas, episcopais ou catedralísticas que passam a ser consideradas como núcleos formadores de saber, desvinculando a escolarização da obediência monástica (LIBERA, 1990), tendo como local de desenvolvimento a cidade, e como espaço de

funcionamento, as catedrais. Uma das mais notáveis escolas desse período é a Escola de Chartres, cujos pensadores como Bernardo de Chartres⁴ e Pedro Abelardo⁵ exemplificam a importância desses núcleos de conhecimento no desenvolvimento dos homens denominados letrados ou de saber.

Mesmo não cabendo aqui uma análise minuciosa sobre as escolas urbanas do século XII, destacamos algumas características que foram indispensáveis no processo de desenvolvimento do homem de saber. É nesse espaço que se inicia a tomada de consciência por parte desses homens em relação à especificidade de seu grupo na sociedade medieval. Além disso, o aumento do número de estudantes, assim como o anseio por novos conhecimentos (filosofia, direito, medicina, história natural e astrologia⁶) gera uma crise de crescimento e de saberes, que irá resultar na necessidade de formar uma instituição que possibilitasse o estudo específico desses novos conhecimentos e comporte o número de homens letrados nessas cidades.

Assim, resultante dessa efervescência intelectual e material cidadina, concomitante com a multiplicação dessas escolas urbanas, encontramos em fins do século XII o nascimento das Universidades medievais, que, recebendo o apoio tanto das autoridades temporais quanto do papado e possuindo um método de aprendizagem baseado na comunicação oral, no debate argumentativo e no pensamento crítico (OAKLEY, 1980), produzem formas literárias e hábitos de pensamento que influenciam de forma decisiva na construção de várias características da vida do homem medieval, desde aspectos culturais, como o planejamento na construção das catedrais, até políticos, atuando na formação de bases teóricas, seja para a afirmação e institucionalização da figura régia ou para a proteção e continuidade da autoridade espiritual eclesiástica.

⁴Na primeira metade do século XII a Escola de Chartres constituía-se como o mais importante núcleo de formação de saber, destacando-se pelas atividades filosóficas e enciclopédicas. Bernardo de Chartres, chanceler da escola, é considerado o primeiro grande homem de saber dessa instituição, porém, seu pensamento só nos foi transmitido por seu discípulo João de Salisbury.

⁵Pedro Abelardo nasceu em 1079 em Pallet. Filho de família nobre, sua escolha de profissão é dramática, pois renuncia a primogenitura. A filosofia de Abelardo é caracterizada principalmente pela Lógica. Tem especial atenção e cuidado com o uso da dialética, e considerava e considera como objetivo da lógica a adequação entre a linguagem e a realidade que manifesta. Outra característica é uma intensa tentativa de conciliação entre a razão e a fé, satisfazendo as necessidades do meio escolar. Abelardo é considerado o primeiro magister, sendo que a parte mais importante de sua filosofia é oriunda de suas lições como professor de lógica.

⁶Sobre as especificações as quais os estudantes das escolas medievais estavam sujeitos durante os anos de estudo, ver ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **A Universidade Medieval**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000.

Ressaltamos que para a compreensão da figura do homem de saber desse período, importa analisar como era formada a universidade medieval⁷. Esta, diferente da instituição que conhecemos hoje, constituía-se, antes do conjunto de faculdades estabelecidas em determinada cidade, o grupo de estudantes e mestres que participavam das atividades educativas nesses ambientes de formação de saber. A expressão *Studium Generale* correspondia a mais correta para se designar o espaço que recebia os estudantes. A universidade afirmava-se pelo conjunto de indivíduos oriundos de diversas localidades que se reuniam e participavam de estudos em cidades que atuavam como centros receptores. A esse grupo de homens, unidos pela obtenção do conhecimento, é que designamos *Univesitas* (GILSON, 1995).

Impulsionadas pelo contexto de renascimento urbano, as universidades tornam-se símbolos de reconhecimento das cidades, concretizam a desvinculação da atividade intelectual do clero, e concomitantemente iniciam a revitalização do direito romano. Essas instituições surgem inicialmente nos locais de foco da cultura europeia ocidental, sendo as primeiras a serem criadas a universidade de Bolonha e a de Paris⁸.

Nessas instituições, o método de aprendizagem permanece baseado no modelo utilizado anteriormente nas escolas, recebendo, porém, uma especificação. O método escolástico⁹, que transcende ao espaço de discussão das universidades e alcança formas de expressão junto a diversas manifestações culturais da sociedade do medievo, objetivava, antes

⁷Embora a historiografia costume elaborar uma divisão do nascimento das universidades medievais em três modalidades de aparecimento –as consuetudinárias, que surgem a partir de uma cultura ou costume de estudos, como a existente em Paris (1170) e Bolonha (1088); as criadas por governantes ou pontífices como as de Nápoles (1224) e Toulouse (1229) ou por migração como a de Oxford (1096) e Cambridge (1231), os modelos mais referenciados foram o parisiense e o bolonhês (ULLMANN, 2000). A Universidade de Bolonha tenha se constituído como a primeira a se formar a partir da existência de um corpo de alunos e professores regularmente organizado, podendo ser considerada a primeira das universidades modernas, esta só possuiu uma Faculdade de Teologia regular em 1352, sendo antes um centro de estudos jurídicos. A Universidade de Paris pode ser considerada a primeira a se constituir do ponto filosófico e teológico (GILSON, 1995).

⁸Nessas cidades, o desenvolvimento das corporações escolares alcançou tamanha projeção que seu modelo fora copiado e referenciado pelas demais instituições de ensino da cristandade latina, sendo difundido pelas regiões periféricas (JANOTTI, 1992).

⁹O método escolástico constitui-se de uma técnica argumentativa de ensino que propõe expor de forma objetiva temas de cunho científico, teológico ou filosófico, baseando-se na compilação do conhecimento já existente. Elementos ligados à gramática e a conceituação precisa das palavras, a dialética e a utilização de autoridades bíblicas e históricas, formam o núcleo do desenvolvimento do método escolástico nesse ambiente universitário medieval: La mejor manera de definir la escolástica (...) es atribuyéndole la donotación del modo bastante técnico de pensar, enseñar y, por ende, escribir que se desarrolló em las escuelas medievales em el curso del siglo XII, dominó el escenario académico em los siglos XIII e XIV, e empezó a perder reputación em el XV. OAKLEY, F. op. cit., p. 168.

da simples reprodução do conhecimento obtido durante as lições, um exercício prático constante, formando assim um processo educativo ligado ao espírito (ULLMANN, 2000).

A importância desses núcleos de cultura para a afirmação da figura do homem de saber na sociedade medieval pode ser analisada segundo dois principais aspectos: primeiro, a institucionalização das universidades permite o agrupamento de forma mais organizada dos estudantes e mestres em corporações, que objetivam a proteção de interesses desse grupo; segundo, a proteção obtida por eles por parte dos poderes laico e religioso, que buscavam nesses homens argumentações para a legitimação de seus respectivos poderes.

Analisando esses aspectos em separado, salientamos que uma das características da sociedade da Baixa Idade Média, principalmente nos centros urbanos, é a organização de membros de um determinado ofício em corporações que visam a proteção de seus benefícios. No século XIII o homem de saber medieval já possuía seu espaço nos centros urbanos dessa sociedade, com o número de mestres e estudantes ligados a essas instituições de ensino cada vez mais elevado, sendo necessária a criação de ofícios que protegessem os interesses desses grupos. Vale ressaltar que a atitude de união de determinado grupo, com o intuito de defesa e proteção, não pode ser resumida apenas aos homens de saber, porém, relacionada com o sistema educacional era a primeira vez que esse fenômeno acontecia nessa sociedade (VERGER, 2001). Essas corporações estudantis auxiliavam no desenvolvimento de hábitos e métodos do trabalho intelectual, assim como na proteção dos discentes e mestres frente a incidentes que ocasionalmente ocorriam nas cidades¹⁰.

Ao longo do século XIII, essas corporações de estudantes irão obter maior autonomia, contribuindo para a organização de greves e exílios universitários (como as de 1219 e 1231 em Paris), assim como o direito de conceder a *licentiadocendi* a professores escolhidos pelos mestres das Universidades. Essas atividades auxiliam na formação da consciência unitária desses homens, que se identificam não apenas como pertencentes a mesma instituição educacional, mas também ao grupo urbano de detentores de cultura erudita.

Além desse aspecto corporativista, o auxílio de poderes laicos e religiosos também foi fundamental para a afirmação desse sentimento de unicidade que os homens de saber medievais partilhavam. Em relação ao poder temporal a grande massa e circulação de pessoas, tanto moradores da cidade quanto estrangeiros, provenientes de várias partes da Europa,

¹⁰Em 1200 uma briga ocorrida em uma taverna em Paris resulta na morte de alguns estudantes, entre eles clérigos, por parte de agentes do rei da França (Felipe Augusto 1180-1223). De acordo com Verger, esse fato revela problemas de ordem pública resultante da multiplicação dos estudantes nas cidades.

gerava reconhecimento e destaque à cidade, aumentando a sua influência no âmbito externo. Para tanto, o poder temporal tem a preocupação de estabelecer condições favoráveis para o desenvolvimento das universidades e proteção dos mestres e estudantes contra a insegurança que, por vezes, os ameaçavam, assim como o estabelecimento de uma organização que propiciasse o ambiente de estudo. Por outro lado, é conhecido que o apoio do poder temporal foi secundário no estabelecimento e manutenção dessa organização, sendo o poder eclesiástico o principal fomentador dessa instituição.

Quando ampliamos nossa visão para o contexto histórico-político que perpassa o surgimento dos universitários na Baixa Idade Média, conseguimos analisar o porquê do investimento por parte de ambas as instâncias do poder na formação desses homens de cultura. No final do século XII e início do XIII, as instituições de ensino – as escolas catedralísticas já aqui mencionadas – passam por uma crise em seu sistema. Esta, antes de ter como causa apenas o aumento da população estudantil, é também influenciada pela necessidade de adaptação das escolas urbanas aos novos métodos e conteúdos estudados, assim como pela mudança na economia dos poderes laico e religioso:

A tendência global era para o recuo progressivo dos poderes locais – senhores feudais, bispos e grandes abades, cidades de comuna – diante da renovação dos poderes universais – o papado, na falta do Império – ou ao menos soberanos, como as monarquias nacionais da França, da Inglaterra, da Sicília ou da Península Ibérica, ou até mesmo as Cidades Estados da Itália do Norte (VERGER, 2001, pp. 182-183).

Os poderes temporal e espiritual necessitavam de argumentações teóricas que auxiliassem na construção de sua legitimação: o poder temporal buscava no direito romano a contribuição para seu fortalecimento, enquanto a instituição eclesiástica fomentava-se inicialmente no desenvolvimento do direito canônico e da teologia, e posteriormente também no direito romano. Para tanto, esses dois poderes - eclesiástico e laico – esforçam-se para a construção de estatutos jurídicos à instituição universitária, que permitisse o desenvolvimento dessas argumentações, sendo essa intervenção estendida, inclusive, às disciplinas ministradas nas universidades, adequando-as a ordem social e política pretendida (VERGER, 1999).

O auxílio desses poderes, porém, nos leva a contestar a possível existência de um ensino de caráter livre desenvolvido no interior dessas universidades. O interesse de patrocínio por parte de poderes laico ou religioso, que delimitava os temas discutidos nas

instituições universitárias, impediria a formação de um pensamento livre e desinteressado por parte dos homens de saber?

Tomemos como exemplo o aparecimento e a disseminação dos textos aristotélicos – que chegam à cristandade latina através do Oriente – e as condenações de 1277. O estudo dessa censura pode ser realizado de várias formas, porém a historiografia costumou classificar os eventos que culminaram nas 219 teses condenadas como uma censura ética exercida pela instituição eclesiástica frente à incapacidade de conciliação da filosofia pagã aristotélica/“averroísta” à teologia cristã. Não renegamos essa visão, mas para responder nossa indagação, consideramos alguns aspectos que demonstram que além da absorção do pensamento aristotélico, o homem de saber medieval interioriza algumas características da filosofia oriental que não foram adaptadas ao contexto cultural e religioso do ocidente.

A recepção aristotélica e as condenações de 1277

O aspecto educacional já não era novidade para a Paris do século XII. A lógica e a dialética de Pedro Abelardo já eram conhecidas em vários locais da cristandade latina, atraindo grande número de estudantes esperançosos em adquirir conhecimento. Um século após Abelardo, é a Universidade de Paris, fundada pelo papa Inocêncio III (1198-1216) e, mais tarde, recebendo grande auxílio de Gregório IX (1271-1276), que atrairia estudantes de toda a cristandade latina em busca de conhecimento. Duas faculdades compunham essa instituição: Faculdade de Artes, constituída basicamente de estudantes letrados que iniciavam a aprendizagem de caráter preparatório para os cursos superiores e a Faculdade de Teologia¹¹.

Encontramos no ambiente de formação preparatória do teólogo – a Faculdade de Artes – uma forte difusão do pensamento aristotélico. O interesse no estudo da filosofia do estagirita forma uma gama de mestres desejosos pela liberdade de lecionar sobre a lógica, física e moral aristotélica em detrimento das outras disciplinas. Assim, os homens de saber universitários que almejassem alçar ao curso superior da teologia, tinham amplo contato, durante os dez anos que constituíam seus estudos na Faculdade de Artes, com esse pensamento. Ressaltamos

¹¹A formação na Faculdade de Artes conferia ao aluno o título de mestre, sendo que apenas após a formação em um curso posterior – Teologia, Medicina ou Direito, seria concedido ao aluno o título de doutor. Inicialmente, na Universidade de Paris, existiam duas vertentes de estudos: a primeira que centraliza o estudo do direito romano, e a segunda era a Faculdade de Teologia, que objetivava a subordinação dos estudos à finalidade religiosa, a serviço de uma teocracia intelectual. Como fora constituída sob a influência eclesiástica, o direito romano foi proibido, sendo o canônico o único que poderia ser ensinado nessa instituição.

que a identidade da filosofia medieval sofre alterações a partir do contato com as traduções e comentários dos textos aristotélicos, que chegou ao conhecimento no mundo da cristandade latina tardiamente, apenas no fim do século XII e princípio do século XIII por meio, principalmente, de traduções feitas direto do grego e traduções árabes (LIBERA, 1999)¹².

Mas a mudança de tendência da filosofia não ocorre de forma contínua, linear ou pacífica. Entre os homens de saber que frequentavam a Universidade de Paris, existia uma forte tradição agostiniana, que utilizava a dialética aristotélica apenas como procedimento de discussão e exposição, dispensando a argumentação filosófica como recurso para o estudo de questões teológicas. Nessa vertente, a filosofia era entendida apenas como uma ferramenta subjugada à teologia. Esses homens, não aceitavam a mudança da tradição incrustada na história e na formação da Faculdade de Teologia da Universidade de Paris, refutando a mudança da tendência agostiniana pela “novidade” pagã do aristotelismo.

Como consequência da disseminação do pensamento aristotélico na Universidade de Paris, em 1210, durante o Sínodo de Sens, as autoridades eclesiásticas demonstraram preocupação sobre as novas ideias filosóficas¹³. A partir desse ano, algumas medidas são tomadas para a contenção desse pensamento. Uma delas é a implementação do estatuto de Courson (1215), que entre outros aspectos, almejava o controlar da difusão de textos considerados perigosos para o pensamento cristão, proibindo, na Universidade de Paris, a leitura e o estudo da filosofia natural de Aristóteles, da metafísica e de comentadores do estagirita. Em consequência, os universitários desejosos pela possibilidade de estudo desses textos, realizaram a primeira greve da Universidade de Paris (VERGER, 2001).

Mesmo com a proibição, a filosofia aristotélica continuava a ser estudada pelos universitários parisienses, e as indagações oriundas dessa filosofia pagã chegavam à Faculdade de Teologia, o que levou o papa Gregório IX (1227-1241), formado em direito pela Universidade de Bolonha, a redigir em 1228 uma carta dirigida à Faculdade de Teologia, aconselhando que os docentes se afastassem das inovações filosóficas. Três anos após a carta,

¹²Além de Aristóteles, a maior parte da filosofia antiga era desconhecida durante o medievo. Estes tinham acesso, na maioria das vezes, a fontes intermediárias, glosas ou adaptações vindas principalmente do oriente. Para tanto, destacamos a importância do corpus de filósofos árabes na filosofia medieval latina. Filósofos aristotelizantes como Averróis, alFarabi e Avicena são constantemente citados nos tratados teóricos da cristandade ocidental, sendo, mais tarde, objeto de querelas – no caso dos “Averroístas” do século XIII – dentro da Universidade de Paris.

¹³ Em 1210 no Sínodo da Província Eclesiástica de Sens, realizado em Paris, sob a presidência de Pedro Corbeil, foi proibido a leitura privada ou pública dos textos referentes a filosofia natural aristotélica, assim como os comentadores Alexandre de Afrodísias, Al-Kindi, Al-Farabi e Avicena. O texto também referenciaos filósofos David de Dinant (1160-1217) e Amalrico de Bène(1206/1207).

os homens de saber que frequentavam aquela universidade organizaram outra greve e exílio voluntário, reivindicando, entre outros tópicos, a revogação da proibição. Para apaziguar, Gregório promulga a bula *Parens scientiarum*¹⁴ que revoga, ainda que de forma branda, a proibição do ensino da filosofia natural. Esse fato, que implica a aceitação por parte da autoridade eclesiástica da leitura dos *libris naturales*, pode ser analisado como um exemplo de como a filosofia aristotélica já possuía força no interior da citada universidade (VERGER, 2001).

Até o ano de 1260, encontra-se uma relativa aceitação e difusão do pensamento aristotélico no ocidente medieval, porém, a partir desse ano, inicia-se um período de conservadorismo. Alguns teólogos e autoridades eclesiásticas passam a contestar pontos dessa filosofia como distintos e irreconciliáveis com o pensamento cristão, afirmando que alguns temas discutidos na Faculdade de Artes não estavam de acordo com a verdade cristã. O primeiro ato é realizado em 1270, quando o bispo de Paris, Estêvão Tempier, condena 13 erros contra a fé cristã¹⁵. Essa condenação, porém, não surte o efeito desejado no interior da Faculdade de Artes da Universidade de Paris (WIPPEL, 1977).

Em 1277 o Papa João XXI (1276-1277) solicita informações sobre as doutrinas filosóficas que circulavam na Universidade de Paris. Para tanto, Tempier reúne uma comissão formada por 16 teólogos¹⁶ que elaboram uma lista de artigos que irão compor o texto de condenação das teses. No mesmo ano são condenadas, como contrárias à fé cristã, 219 teses que eram defendidas na Faculdade de Artes da Universidade de Paris. A justificativa para essa condenação seria a denuncia de que alguns estudantes e professores defendiam a existência da dupla verdade, doutrina que afirmava a existência de duas verdades contraditória: a da fé católica, que seria contrária à expressa pela filosofia. Essa doutrina induziria os estudantes a pensar que algumas informações poderiam ser consideradas verdadeiras de acordo com a filosofia, mas não de acordo com a fé católica. Nesse sentido, a condenação seria também uma forma de defender os alunos de, ao escutar ou ler tais textos, acreditarem na existência

¹⁴ Nessa bula Gregório IX afirmava que o estudo da filosofia era reservado à escola de artes, mas que os estudantes de teologia poderiam fazer o uso de argumentos filosóficos, mas cautelosamente. Os textos poderiam ser estudados após passarem por uma análise feita por uma comissão de mestres que extrairiam as passagens consideradas perigosas.

¹⁵ O foco da condenação pode ser dividido em quatro principais pontos, sendo eles a unicidade do intelecto humano, o determinismo, a eternidade do mundo e a negação da providência divina.

¹⁶ A comissão era formada por homens cultos, doutores e professores da Faculdade de Teologia da Universidade de Paris, porém, em consequência da pressa, assim como a generalidade nas escolhas dos textos e a diversidade dos membros que compunham a comissão, percebe-se uma relativa inconsistência quando se analisa a totalidade dos textos condenados, sendo observados repetições e falta de coerência nas teses condenadas (WIPPEL, 1977).

dessa doutrina, o que seria um erro de interpretação. Após essa condenação, nenhuma outra fora lançada referente aos textos de Aristóteles e seu uso na Universidade (WIPPEL, 1977).

Os eventos acima relatados constituem um dos temas mais estudados em relação com a construção do pensamento medieval e a propagação da filosofia aristotélica no ocidente cristão. (DE BONI, 2010). Consideramos que o triunfo desse pensamento filosófico nessa sociedade ocorreu devido a influencia de dois fatores: a pressão exercida por parte dos detentores do poder temporal, que encontravam no pensamento político do estagirita argumentações coerentes com o fortalecimento e manutenção de sua legitimidade – vertente mais popular no meio historiográfico; e a participação dos homens de saber, e sua pretensão pela obtenção do conhecimento. Com o intuito de analisar a contribuição desses eruditos na divulgação do *corpus* aristotélico, visão que é relegada a um caráter periférico de estudo, voltamos nossa atenção para as condenações de 1277, aqui já analisadas, mas tencionando apontar fatores que fogem as interpretações anteriormente apresentadas.

Inicialmente, salientamos que, no século XIII, a filosofia aristotélica que fora difundida era diferente do lógico estudado no século XII. Como afirmamos, as obras relacionadas à ética, física e moral chegaram ao ocidente cristão emergidas em uma interpretação oriental, principalmente árabe por meio de Averróis¹⁷ e Avicena. Portanto, os homens de saber do medievo conhecem Aristóteles de duas formas: por seus textos de fato, e por meio dos comentários e interpretações árabes:

De fato, na Idade Média ocidental, o nome 'Aristóteles' abrange um conjunto teórico, doutrinal e literário em que os escritos autênticos do Estagirita são ou envolvidos, ou estruturados, pré-interpretados pelo pensamento 'árabe', ou extravasados, desviados, amplificados por uma quantidade de apócrifos nos quais os filósofos do Islã fizeram culminar sua própria cultura científica – quer a tenham elaborado a partir dos dados da Antiguidade tardia, quer a tenham extraído de seu próprio cabedal. O *corpus* aristotélico em que os medievais fixaram seus esforços e suas aspirações não era o de Aristóteles, era um *corpus* filosófico total no qual o pensamento helenístico, profundamente neoplatônico, havia penetrado – às vezes sub-repticiamente. É nesses produtos de síntese, fruto do gênio árabe, que se forjou um 'peripatetismo' que os teólogos cristãos ora elevaram às nuvens, ora votaram ao desprezo público. (LIBERA, 1999, p.18)

¹⁷ É tamanha a importância de Averróis como conhecedor da filosofia aristotélica que, assim como este fica conhecido como O Filósofo, Averróis ficara conhecido no ocidente medieval como *O Comentador*. Compreendemos que a representação de mundo afirmada por esses filósofos orientais, assim como a relação destes com a filosofia – que está mais próxima do “prazer do pensamento” não condiz com as possibilidades de pensamento do Ocidente medieval cristão, sendo, por isso, condenadas no episódio das 217 teses pelo bispo Estevão Tempier.

O pensamento aristotélico, principalmente as questões da ética, política e metafísica, havia sido trazido do oriente de forma crua, não sendo, num primeiro momento, adaptado a ideologia cristã ocidental. Essa filosofia importada do oriente possuía características próprias daquela sociedade e que eram distintas do pensamento cristão (LE GOFF, 1983). Em outras palavras, o oriente, deparando-se com o problema do caráter pagão da filosofia aristotélica, procurou conciliar esta à sua doutrina e religião.

Em meio aos homens de saber que estudavam a filosofia aristotélica, podemos observar um esboço de pelo menos duas tendências distintas de análise desse pensamento: aqueles que defendiam uma conciliação da filosofia pagã aristotélica com o pensamento cristão (como Alberto Magno e Tomás de Aquino); e aqueles – taxados de “averroístas” pela historiografia¹⁸ – que defendiam a existência de contradições entre Aristóteles e as Escrituras¹⁹, criando, assim, impossibilidade do equilíbrio entre a fé e a razão filosófica.

No estudo que Libera (1999) realiza sobre a influência da filosofia árabe na construção do pensamento cristão ocidental, encontramos a afirmação de que boa parte da popularidade e difusão do corpus aristotélico se dá pelo fato de que a filosofia importada pelo ocidente contém os pressupostos cosmológicos, astrológicos, psicológicos e éticos herdados da filosofia árabe. Essas características não foram construídas tendo por objetivo a difusão em ambientes institucionalizados, como as universidades. Por esse motivo, esse pensamento oferece a possibilidade de um conhecimento que visa a erudição como objetivo final da aquisição do saber.

A sociedade “imperfeitamente meritocrática” (VERGER, 1999, p. 58) ocidental, por sua vez, condenava a obtenção de saberes que não possuíssem aplicação prática. A ideia de uma cultura desinteressada, na qual a única finalidade do estudo fosse o conhecimento por si só, ou o prazer na obtenção dos saberes, e não o exercício prático era inconcebível para os homens medievais ocidentais.

Não afirmamos aqui que o conhecimento obtido pelos homens do medievo não visava à experiência erudita, mas, estes cumpriam uma função social por meio desses saberes, que na maioria das vezes, eram destinados a aplicações relativamente técnicas dentro da sociedade. Ao se importar uma filosofia que permite uma relativa liberdade de pensamento – no sentido

¹⁸ O Averroísmo não pode ser considerado como um fato histórico, propriamente dito, mas sim como uma categoria histórica construída.

¹⁹ No livro *Intelectuais na Idade Média*, Jacques Le Goff afirma a existência dessas duas tendências taxando-as de “aristotelismo albertino tomista” e “averroísmo” In: LE GOFF, J. **Os Intelectuais na Idade Média**, Lisboa: Gradiva, 1983.p. 113-115.

de que a filosofia árabe não fora construída a partir de um ambiente de ensino dito universitário – podemos considerar que esse seria um dos motivos que levaram a autoridade religiosa a inicialmente condenar a filosofia aristotélica, vinda desse oriente.

Antes de embargar a filosofia natural de Aristóteles, ou o perigo que essa poderia relegar ao ocidente, o episódio das 219 teses censurava a liberdade de pensamento que a filosofia trazida do oriente concedia ao homem de saber medieval. (LIBERA, 1999). Em outras palavras, o texto de Tempier não condenava apenas a afirmação da existência da dupla verdade, mas também a possibilidade de obtenção de prazer na experiência erudita por si só: “A volúpia celebrada pelos filósofos condenados é de ordem intelectual: é o prazer do pensamento”. (LIBERA, 1999, p. 14)

É nesse sentido que podemos também considerar as condenações ocorridas em 1277 como forma de conter a atuação dos estudiosos como homens de saber ligados a ideia da obtenção do conhecimento para seu deleite. A filosofia aristotélica poderia ser utilizada como instrumento para o estudo e conhecimento da teologia, mas não como pensamento filosófico que objetiva a simples obtenção do conhecimento de forma desinteressada: “Foi no meio averroísta da Faculdade de Artes que se elaborou o ideal mais exigente de intelectual” (LE GOFF, 1983, p.119) é esse homem de saber que iria ser reprimido nas condenações posteriores a 1260.

Considerações finais

O estudo de aspectos referentes à Idade Média ainda não está totalmente desvinculado de concepções depreciativas sobre esse período. A ideia de estagnação e obscurantismo é facilmente refutada quando analisamos os aspectos propedêuticos presentes nessa sociedade, que relega aos séculos posteriores sumas, arquitetura, filosofia, teologia e tantos outros saberes devidamente organizados segundo o método escolástico.

Além desses conhecimentos, a instituição universitária também tem seu nascimento nesse contexto, e junto com ela surge o homem de saber universitário que, após intenso esforço, consegue formar uma consciência unitária de grupo e alcançar um lugar de destaque em meio aos demais profissionais existentes nos espaços urbanos. Mas qual seria a função desses homens na sociedade do ocidente medieval?

A cultura de caráter erudito obtido pelos homens de saber no período medieval possuía características que só podem ser entendidas dentro da perspectiva que a essa sociedade possuía desses saberes. Esta considerava incomum a ideia de um saber que não possuísse aplicação prática no âmbito social. Assim, o conhecimento obtido durante os anos de estudo conduziam esses eruditos ao exercício de tarefas específicas que necessitavam de uma formação letrada, e que possuíam aplicações práticas e utilidade social bem definida. Por meio desse conhecimento, esses tais indivíduos eram conduzidos a exercer determinadas atividades socialmente estabelecidas e que só poderiam ser realizadas por aquele que demonstrasse competência.

De fato, sabe-se que, salvo a medicina, as funções na Baixa Idade Média, no que diz respeito à necessidade de uma formação universitária, não eram restritas a esta ou aquela graduação. No contexto medieval, imperfeito em sua meritocracia, antes da remuneração econômica os homens de saber almejavam seu reconhecimento por meio da sua função ativa nessa sociedade, auxiliando na formação de uma regulação social por meio das competências intelectuais.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BROCCHIERI, MariateresaFumagalliBeonio. O Intelectual. In: LE GOFF, J. **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989. p. 125-144
- DE BONI, Luis Alberto. **A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval**. Porto Alegre: EST Edições/Editora Ulisses, 2010.
- DUBY, Georges. “1160-1320”. In: DUBY, Georges e LACLOTTE, Michel (coord.). **História Artística da Europa**. A Idade Média. Tomo I. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- DUBY, Georges. **Idade média, idade dos homens**. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.
- GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- JANOTTI, Aldo. **Origem das Universidades: singularidade do caso português**. São Paulo: Edusp, 1992.
- LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. Trad. Antonio de PaduaDanesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Lisboa: Gradiva, 1983.
- LIBERA, Alain de. **A Filosofia Medieval**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- LIBERA, Alain de. **Pensar na Idade Média**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1999.

- OAKLEY, Francis, **Los siglos decisivos: la experiencia medieval**. Trad. Néstor Miguez, Madrid: Alianza, 1980.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmento da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.
- TORRELL, Jean-Pierre. **Iniciação a S. Tomás de Aquino**. São Paulo, Loyola, 1999.
- ULLMANN, Reinhold Aloysio. **A Universidade Medieval**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000.
- VAZ, H. C. L. **Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: Edusc, 2001.
- VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: Edusc, 1999.
- WIPPEL, J. The Condemnations of 1270 and 1277 at Paris. **The Journal of Medieval and Renaissance Studies**. vol. VII, 1977.

Recebido em 14 de fevereiro de 2014

Aprovado em 15 de abril de 2014